

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

artigo de revisão

Marlene Oliveira*
Gabrielle Francinne Carvalho**
Gustavo Tanus Souza***

RESUMO

Esta pesquisa buscou resgatar através de uma revisão de literatura a história do ensino da Biblioteconomia no país. Tal interesse acentua-se em virtude da proximidade do centenário da criação do primeiro curso, o qual foi criado em 1911, sediado na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Dessa forma, buscou resgatar as influências que nortearam o ensino da Biblioteconomia. Passando, assim, pela influência francesa exercida na Biblioteca Nacional, e posteriormente, pela influência norte-americana no estado de São Paulo, na qual ocasionou um aumento quantitativo de cursos nos diversos estados brasileiros. Para além desse levantamento, esta pesquisa, objetivou também diagnosticar a quantidade de cursos em funcionamento regular no país no nível graduação em Biblioteconomia, o ano de criação e a duração dos cursos, bem como, verificar a quantidade de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação.

* Graduada em Biblioteconomia pela Fundação de Ensino Superior do Oeste de Minas. Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília. Professora associada da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: marlene@eci.ufmg.br

**Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista de iniciação científica durante dois anos.
E-mail: gfrancinne@bol.com.br

***Graduado em Letras/bacharelado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Técnico em Gestão, Proteção e Restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.
E-mail: gustavo.souza@iepha.mg.gov.br

Palavras-chaves: Biblioteconomia. Ensino. Brasil

I INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia pode ser compreendida sob diversas perspectivas, mas especificamente esta revisão de literatura centrou-se na história de seu ensino no país, trazendo, assim, um resgate historiográfico que remonta a trajetória de criação e desenvolvimento deste curso. O motivo principal pelo qual se iniciou esta pesquisa é devido a proximidade do centenário da criação do primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil sendo este considerado o terceiro curso criado no mundo e o primeiro da América Latina, conforme Fonseca (1979).

Todavia, para além de um resgate historiográfico, este artigo, busca reconstruir dialeticamente os passos seguidos pelas instituições de ensino de Biblioteconomia no país, assim, pretendeu-se verificar a situação atual da quantidade de escolas em funcionamento regular, o ano de criação de cada curso e a duração dos mesmos, bem como verificar a quantidade

de cursos em Ciência da Informação, este é ministrado em nível de pós-graduação no Brasil.

2 O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA NA BIBLIOTECA NACIONAL: A INFLUÊNCIA FRANCESA

A criação do primeiro curso para o ensino da Biblioteconomia se deu na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, através do decreto 8.835 de 11 de julho de 1911, durante a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva. Este filho de uma tradicional família pernambucana assumiu, em 1900, o cargo a convite de Epitácio Pessoa, permanecendo em tempos interruptos até 1924, onde exerceu “com louvor” o cargo oferecido:

A biblioteca Nacional, na posição de mais importante acervo do país, herdeira de um patrimônio real e imperial, instalada num edifício especialmente construído para seu acervo e dirigida por um dos

maiores administradores que já passaram pela instituição, Manoel Cícero, tornou-se credora da confiança dos homens públicos e de cultura que continuaram desta data em diante a prestigiá-la, enriquecendo-a de valiosos tesouros bibliográficos. (CUNHA, 1980, p.167).

O então diretor é considerado um dos pioneiros no planejamento da documentação bibliográfica, um homem com a visão profética de Paul Otlet e Henri La Fontaine, segundo Fonseca (1957). É também responsável pelo processo histórico do ensino biblioteconômico no país, mesmo ainda que a iniciativa da criação do curso estivesse ligada ao suprimento das necessidades internas e da consolidação de um projeto da elite dominante, como lembra Souza (1990). Dessa maneira, o curso visava atender as exigências institucionais, sendo as aulas ministradas pelos diretores de cada seção, em número de quatro.

Igualmente, ao número das seções era a quantidade de disciplinas que compreendiam o ensino de: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, Iconografia e Numismática. Tais disciplinas, com crédito que a necessidade de tê-las, naquele momento, em currículo, parecemos, ainda hoje, algo apartado da realidade partilhada por um bibliotecário de formação atual. Entretanto, causada a estranheza, que não é objetivo principal deste trabalho, segue como informação para aguçar-nos o espírito da diferença, visto que falaremos das mudanças no modelo e currículos, e, por fim, como desejo de resultado, o estabelecimento da importância que a consciência por seu momento inicial (tomando o devido cuidado de não acreditar que o “conhecer o passado” é resolver o presente) poderá trazer ao desenvolvimento desta ciência. Assim, seguimos.

A duração do curso estava prevista para os meses de abril a novembro, e as aulas de uma hora por semana para cada matéria, devendo ser o conteúdo teórico e prático. Para o ingresso, os candidatos deveriam se submeter a um exame de admissão, conforme expõe o artigo 36:

O candidato a matrícula passará por um exame de admissão, que consistirá numa composição escripta em portuguez e numa prova oral sobre geographia, historia universal, historia litterária e traducção do francez, do inglez e do

latim, sendo dispensados de exame os candidatos que já houverem sido admitidos nas escolas superiores ou classificados em concursos de provas para provimento de cargos da bibliotheca. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1911, p. 344).

Para a aprovação final, esses candidatos tinham de se submeter às provas escrita e prática para cada matéria, com a duração máxima de duas horas, e também, às provas orais, que não podiam exceder meia hora; sendo que só poderiam se submeter aos exames finais, aqueles que tivessem frequência suficiente, comparecendo mais da metade do número de aulas. Podendo, ao final do curso, praticar seus conhecimentos nas seções da própria biblioteca, sem, contudo, terem direito a remuneração.

No ano seguinte ao decreto, em 1912, o curso ainda não estava em funcionamento devido à desistência dos inscritos, na maioria funcionários da própria instituição, e pela transferência do diretor da primeira seção, impressos, para a segunda seção, de manuscritos, porque ele não se julgou devidamente preparado para o desempenho das aulas. Entretanto, “Taes obstaculos porem poderiam ter sido vencidos, dando-se substitutos aos dous professores, si não tivesse ficado de nenhum effeito a inscrição a requerimento dos interessados” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1913, p.439).

O relatório referente ao ano de 1913 relata que as inscrições foram abertas em sua devida época. Mas, não se apresentou nenhum candidato. Além disso, o diretor da primeira seção estava em comissão em outro órgão, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. E o diretor da segunda seção acabaria de entrar em licença por seis meses. Assim, apenas os demais diretores estavam preparados para iniciar suas atividades, os da terceira e da quarta seção. Todavia, o então diretor Peregrino da Silva, não precisou tomar alguma providência para o início do curso.

Igualmente em 1914 como demonstra o mesmo diretor, o curso manteve suas portas fechadas, por nenhum candidato ter-se apresentado:

É para sentir que não tenha sido possível até agora colher os resultados benéficos do que do funcionamento do curso se devem esperar não só em relação ao estabelecimento, em cujo

provento resultarão os conhecimentos técnicos que foram ministrados aos que nelle trabalham ou pretendem ser admitidos, como também em relação a estes, pois o certificado de aprovação nas matérias do curso constituirá uma razão de preferência para nomeações, uma circunstância digna de nota nas promoções e uma condição indispensável para a elevação ao cargo de bibliothecario devendo valer além d'isto por um titulo de recomendação para os que se propuzerem exercer funções nas demais bibliothecas do paiz. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1915, p. 684-685).

É finalmente em 1915, que cumprindo o Art. 36, inaugura-se a primeira turma, composta de vinte e um alunos, e por determinação do Ministro da Justiça e Negócios do Interior, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, teve a turma acrescida de mais seis proponentes. Nota-se que para tornar bibliotecário o candidato deveria preencher a condição inicial de ter conhecimento amplo, humanístico, sobre o campo das Artes, Humanidades, Línguas e Ciências, seguindo os moldes da escola francesa, pela École Nationale des Chartes.

O diretor Aurélio Lopes de Souza, ao reportar-se ao curso declara que: “Apesar do resultado do curso de 1915, penso que não há como desconhecer a vantagem de tão útil criação. Certo ella fructificará, mais profundo e, portanto, mais proveitoso, em nosso paiz, da bibliographia e das outras sciencias que geralmente com ella se associam” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 367).

No ano de 1916 matricularam seis alunos, todos funcionários da casa, entretanto, só dois deles concluíram o curso. Em 1917 dos cinco alunos matriculados somente um concluiu. Até o ano de 1920, o curso obteve regularidade em seu funcionamento, como nos aponta o relatório do referido ano:

Com seis alumnos matriculado, dos quaes tres funcionarios da Bibliotheca, abriram-se as aulas do Curso de Bibliotheconomia a 12 de abril. Realizaram-se 124 aulas, sendo 27 de bibliographia, 41 de paleographia e diplomatica, 35 de iconographia e 21 de numismática, das quaes se encarregaram os directores das respectivas secções, tendo sido substituido pelo sub-

bibliothecario Mario Behring o diretor da 3ª secção enquanto esteve na direcção da Bibliotheca. Foram adoptados os mesmos programmas do anno anterior. Os alumnos que compareceram a mais da metade do numero de aulas realizadas deixaram de ser submettidos a exame por não se terem apresentado. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1921, p. 242).

Já em 1921, “Foi aberta a matricula na época própria, mas não se apresentaram candidatos”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1922, p. 268). Conforme declara Souza (1990, p. 34): “(...) é verdadeiro o fato de que a Nacional nunca recebeu os recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento adequado”. Desse modo, uma vez supridos alguns quadros com a qualificação técnica pretendida, o curso foi extinto em 1922, sendo reaberto nove anos depois, com algumas alterações, curriculares e com duração de dois anos.

Contudo, nesse mesmo ano do encerramento do curso na Biblioteca Nacional houve a criação do Curso Technico, pelo Museu Histórico Nacional, através do decreto 15.596 de 2 de agosto de 1922. Este tinha por finalidade formar profissionais para atuarem também na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional. Devendo as aulas ser ministradas nas três instituições. Todavia, a criação deste curso, previsto para dois anos, não ocorreu efetivamente por diversos motivos, por exemplo, “(...) leis dos adidos que mandavam aproveitar os funcionários em disponibilidade, que fez com que nunca funcionasse este curso technico para bibliotecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p.466). Ademais como apresenta Castro (2000, p. 58):

[...] este curso não funcionou, apesar de terem inscritos quatorze alunos, e a causa fora a recusa dos professores Constancio Alves e Mario Behring em ministrarem as disciplinas História literária e Paleografia, por ‘motivos justificados’. Acreditamos que os motivos estariam ligados à não-concordância com a criação do curso technico, aliado ao fato de que ao assumirem a docência estariam duplicando suas atividades – Bibliotecário/Chefe de seção e professor, não recebendo qualquer adicional de salário [...].

O restabelecimento do curso nas dependências da Biblioteca Nacional e agora com duração de dois anos se deu em 1931, através do decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Pode-se perceber que poucas foram às alterações na formação profissional, pois as inclusões de novas disciplinas ainda refletem os aspectos humanísticos, tendo no primeiro ano: Bibliographia, Paleographia e Diplomática; e no segundo ano, História Literária, Iconographia e Cartographia. Neste ano foram inscritos 31 alunos, mas 21 alunos requereram os exames. De acordo com o decreto nº 22. 167, de 5 de Dezembro de 1932, foram todos aprovados, desses alunos sete eram funcionários da instituição.

A mudança mais significativa foi assegurar o direito de prevalência para a promoção e preenchimentos dos cargos na instituição, assim como o provimento em repartições federais aos que tivessem obtidos seus certificados de conclusão. "Esse dispositivo legal veio tirar aos funcionários da biblioteca, já diplomados no curso que aquele decreto apenas restabeleceu, o direito de acesso até o cargo de bibliotecário, que lhes era garantido pelo regulamento aprovado pelo decreto nº 15. 670, de 6 de setembro de 1922". (BIBLIOTECA NACIONAL, 1933, p. 17-18).

Em 1942, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, o relatório de mesmo ano demonstra que o curso funcionou com regularidade durante os dois anos, além disso, ressalta que os bibliotecários responsáveis pelo ensino desenvolveram suas atividades com interesse e boa vontade. Entretanto, dos 170 alunos inscritos somente 100 se submeteram aos exames no primeiro ano. Sendo que, desses 15 alunos não obtiveram a média exigida e um aluno não compareceu aos exames finais. Dos 94 alunos restantes, somente 18 terminaram o curso.

Durante o ano de 1943 o curso funcionou também com regularidade. No primeiro ano 61 alunos se inscreveram, desses 26 alunos desistiram e 2 não obtiveram aprovação nos exames finais, portanto somente 33 alunos concluíram. No segundo ano matricularam 106 alunos, mas 12 terminaram o curso.

Quando em 1944, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, o curso passa por outra reforma através do decreto 6.440 de 27 de abril. O artigo 1º refere-se as quatro finalidades dos cursos, a saber:

a) formar pessoal habilitado a organizar e dirigir bibliotecas ou a executar serviços técnicos de bibliotecas; b) promover o aperfeiçoamento ou a especialização de bibliotecários, de bibliotecários-auxiliares e outros servidores, em exercício nas bibliotecas oficiais ou particulares; c) promover a unidade de orientação das técnicas fundamentais dos serviços de bibliotecas, favorecendo a homogeneidade básica desses serviços; d) difundir conhecimentos dos progressos realizados, no país e no estrangeiro, no campo da Biblioteconomia.

Assim, o curso da Biblioteca Nacional passou a ser denominado como Cursos da Biblioteca Nacional (C.B.N), pois o ensino desdobrou-se em três níveis, a saber: Curso fundamental de Biblioteconomia (C.F.B), Curso Superior de Biblioteconomia (C.S.B) e Cursos Avulsos (C.A). Cada um destes cursos possuíam finalidades diferentes. O primeiro, (C.F.B), era responsável por formar pessoal habilitado a executar, sob a orientação de bibliotecários, serviços técnicos necessários ao funcionamento de bibliotecas. Compunha das seguintes disciplinas: organização de bibliotecas; classificação e catalogação; bibliografia e referência; História dos livros e das bibliotecas. O segundo, (C.S.B), objetivava formar pessoal habilitado a administrar bibliotecas e a organizar ou dirigir serviços técnicos de bibliotecas. As disciplinas eram divididas entre obrigatórias: organização e administração de bibliotecas; classificação e catalogação; história da literatura, e optativas: iconografia; mapotecas; noções de paleografia; classificação de manuscritos e de livros raros e preciosos; bibliotecas de músicas; publicações oficiais e seriadas - periódicos; bibliotecas públicas; bibliotecas especializadas e universitárias e bibliotecas infantis e escolares. Já os cursos avulsos, os C.A's, tinham como finalidade atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecário-auxiliares, divulgar conhecimentos sobre Biblioteconomia e promover a homogeneidade básica dos serviços de biblioteca. Seus conteúdos eram determinados pelo Diretor da Biblioteca Nacional, mediante proposta do Coordenador dos Cursos.

Por fim, as alterações advindas desta reforma permitiram com que os cursos fossem

bastante demandados, para Souza (2000), isso ocorreu devido à incorporação do modelo norte-americano em seu ensino. Destarte, ressalta Castro (2000) que essa inclusão do modelo pragmático se deu mais por pressão externa do que por vontade própria da instituição. Tal pressão foi exercida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, que exigia um profissional apto a organizar e administrar qualquer tipo de biblioteca, como já vinha ocorrendo em São Paulo, desde os anos 30.

Por fim, os cursos da Biblioteca Nacional passaram por uma última reforma, através do decreto 550 de 1º de fevereiro de 1962, o qual estabeleceu uma duração de três anos para o curso e incluiu novas disciplinas. No entanto, tal alteração só não modificou profundamente o ensino, porque já se havia consolidado, desde a gestão de Rubens Borba de Moraes (1945-1947), a influência paulista, isto é, a norte-americana, em detrimento do modelo carioca, como vimos, de influência francesa.

3 O ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA: A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA

A influência norte-americana sobre a cultura brasileira grassou-se progressivamente, em todas as esferas da cultura, a partir do final dos anos vinte, ascendendo, sobretudo a maneira de conduzir a ciência (diferenças de escola, modelos, etc) - sobre o ensino de Biblioteconomia. Souza (1990, p. 43) ao reportar sobre declara que: "O pragmatismo norte-americano embriagava os intelectuais brasileiros que visitavam ou estudavam naquele país. Mesmo os indivíduos mais nacionalistas ou de sólida formação européia submetiam-se aos encantos da América". Encantos estes que "convenciam", ou mesmo seduziam os homens daquele momento através dos seus ideais de progresso, sobretudo científico, resolvendo suas necessidades e anseios próprios do século XX.

O ensino da Biblioteconomia denominado de *Library Science* teve seu primeiro curso criado em 1887, pela *Columbia University School of Library Service*, visto que há onze anos já havia sido criada a *American Library Association* - ALA, que, até hoje desempenha papel de suma importância para a Ciência da Informação, assim como, para a Biblioteconomia. Esta mesma associação dá aos diretores de Bibliotecas da

América Latina, um curso de pouca duração. Então, o paulista Rubens Borba de Moraes sob influência entusiástica aos escritos de Monteiro Lobato e por patrocínio da ALA vai para os Estados Unidos da América conhecer o ensino norte-americano. Isto viria a modificar sua atuação, visto que, em 1936, foi o responsável pela criação da escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Contudo, em 1870, o Mackenzie College - criado anos antes, já incorporaria a seu ensino, a pedagogia americana e traria, pela primeira vez, juntamente o modelo pragmático associado ao ensino de Biblioteconomia e de organização de biblioteca, modelo este que vinha em consonância com a "modernidade de ensino adotado", conforme Castro (2000).

Logo, para manter-se em consonância com o modelo americano, a vinda da bibliotecária americana Mrs. Dorothy Muriel Gedds Gropp, tinha "a finalidade de reorganizar todo o acervo e introduzir processos novos nos catálogos e na localização dos livros nas estantes, e ministrar um Curso Elementar de Biblioteconomia para funcionários da biblioteca e professores de outras instituições do estado", que teve sua inauguração em 1929, e durando dois anos, sendo marcado pelas disciplinas de caráter meramente técnico.

No ano de 1931, Adelpha Figueiredo Rodrigues, bibliotecária do Mackenzie, vai para os Estados Unidos, sob os auspícios da *American Association of University Women*, estudar Biblioteconomia. Nesse mesmo ano, ela retorna a São Paulo, e reassume a direção da biblioteca e o curso iniciado por Mrs. Dorothy.

Quando em 1935 ocorre o encerramento do curso no Mackenzie, tem-se no ano seguinte a criação do curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, dirigidos por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo. "A esses profissionais se deve, não só a formação dos primeiros técnicos em São Paulo, mas a implantação de uma Biblioteconomia nova, sendo a Biblioteca Municipal de São Paulo o laboratório onde puderam treinar muitas gerações de bibliotecários e provar quanto é benéfico um acervo organizado a serviço da coletividade". (RUSSO, 1966, p.16). É importante perceber o que esta declaração de Russo enfatiza em relação ao ingresso do modelo norte-americano e, ainda que não esteja

explícita, a “aceitação” do mesmo. Acrescenta também Castro (2000, p. 71) “O curso criado por Rubens Borba consolidou, sistematizou e normalizou as atividades de ensino, informais e assistemáticas, desenvolvidas desde 1929, na Biblioteca Municipal, pelo então diretor, Eurico de Góes”.

Porém, em 1939, o prefeito Francisco Prestes Maia, fecha o curso do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, alegando não conceber utilidade e viabilidade do mesmo. Diante disso, o curso passa a ser sediado a partir de 1940 na Escola Livre de Sociologia e Política.

Durante os anos de 1943 a 1948 o curso tem suas atividades aumentadas, devido à subvenção da *Rockefeller Foundation*, que concede nove bolsas de estudo a interessados de outros estados, como mostra Russo (1966, p. 17): “Bernadette Sinay Neves - Bahia; Elza Lyrio de Mello - Bahia; Maria de Lourdes S. Neves - Bahia; Etelvina Lima - Minas Gerias; Eudoxia Gomes - Minas Gerias; Milton Ferreira de Mello - Pernambuco; Ângela da Costa Franco - Rio Grande do Sul; Irene Inelde - Pirahuí - São Paulo; Maria Velludo - Ribeirão Preto - São Paulo”. Tais concessões tornam-se importantes para a difusão do modelo norte-americano.

Essas pessoas são, em grande parte, responsáveis pela expansão das escolas de Biblioteconomia no país. Mas, nota-se a ausência de uma normalização do seu ensino, dificultando a transferência de alunos para outra escola de Biblioteconomia. O que acaba por tornar indispensável uma postura desses profissionais frente à busca de uma uniformidade dos conteúdos ministrados, culminando assim, nas discussões em torno de um currículo mínimo.

4 O PRIMEIRO CURRÍCULO MÍNIMO: ANOS 60

A necessidade de padronização no ensino, contou com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecário - FEBAB, criada em 1959, que conseguiu, ao lado do Conselho Federal de Educação - CFE, instaurar o currículo mínimo. De tal forma que “Ao término da década [de sessenta] o país já contava com dezoito cursos em funcionamento nos principais Estados, com a maioria deles instalados em universidades federais” (SOUZA, 1990, p. 68).

A proposta apresentada ao Conselho Federal de Educação foi norteadada pela preocupação com:

O ensino da Biblioteconomia [que] deixou de ser eminentemente erudito para tornar-se, no decorrer dos anos, exclusivamente técnico. Disto resultou um visível rebaixamento do nível do bibliotecário, reduzido a produzir fichas e ordenar livros nas estantes, sem participar das responsabilidades de direção das bibliotecas que estão a reclamar, em escala crescente, a orientação de pessoas tecnicamente habilitadas. (RUSSO, 1966, p. 23).

Assim, este currículo mínimo, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 16 de dezembro de 1962, após algumas alterações na sua proposta inicial, passaria a compor das seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do pensamento Filosófico e científico, Organização e Administração de Bibliotecas, catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Sendo obrigatória sua adoção por todas as escolas, no ano seguinte ao da sua vigência.

É válido ressaltar que as escolas poderiam incluir outras disciplinas além daquelas do currículo mínimo. Essa liberdade lhes é garantida pela Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, configurando o chamado currículo pleno. Tal currículo pleno é composto pelo elenco de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como os prazos mínimo e máximo para a conclusão do curso, podendo ser integralizado sob a forma de diferentes habilitações ou ênfases. As disciplinas que não constam no currículo pleno são consideradas extracurriculares.

5 AS MUDANÇAS ACOMPANHAM AS CRÍTICAS

As discussões sobre o ensino, as influências “importadas”, e os currículos perpassam toda a década de 60. E especialmente, nos anos 70, são trazidas à baila, várias novas discussões acerca da reformulação deste currículo mínimo. Dentro dessa perspectiva surgem vários trabalhos a fim de expor a situação do ensino da Biblioteconomia no país. Dentre eles destaca-se Lemos (1973, p.

52), que analisa de um modo geral o ensino da Biblioteconomia e percebe uma:

- a) Predominância do ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento do estudo dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos;
- b) ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da Biblioteconomia/Documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as diversas disciplinas como um todo orgânico e não como partes isoladas e estanques;
- c) fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com cegueira que não vislumbram os fins que devem servir e ignorância do processo de entropia a que estão sujeitos em face da dinâmica da informação documental, do avanço da tecnologia da informação e da psicologia dos usuários.

Por fim, revela que “o extremo pragmatismo do ensino da Biblioteconomia precisa ser superado, mas não será admissível que ao superá-lo venhamos a incorrer no extremo oposto de uma abstração alienada do processo social” (LE MOS, 1973, p. 56). Desta afirmação, excluído o exagero de crer um desejo de independência em relação àqueles modelos, é, de fato, uma percepção de que, em havendo um impasse entre seus conceitos, sua ambientação e suas deformações, era necessário alguma reflexão sobre as bases do ensino de Biblioteconomia no país. Mais adiante no texto, seguindo a mesma linha, Cesarino (1973) declara que “Infelizmente somos obrigados a reconhecer que o ensino da Biblioteconomia, tal como está, não forma pessoas criativas, dotadas de iniciativas e que não temem as mudanças”. Souza (1997, p.9-10) acrescenta mais:

[...] a prática bibliotecária brasileira não pode ser a mesma que ocorre em outros países e, realmente, não o é dadas as nossas condições sócio-históricas. Por essa circunstância, as técnicas e procedimentos operacionais utilizados, também não poderiam ser as mesmas adotadas em outros países. A aceitação do transplante só poderia ser inquestionável se fossemos igual aquela sociedade, como não somos, nem haveríamos de ser, pois o povo brasileiro no que tange as questões

sociais, culturais e éticas apresentam um miríade de interpretações. Assim, “talvez por esta diferença de visões é que a Biblioteconomia praticada e ensinada no Brasil pareça ainda muito estranha para a maior parte da sociedade do país.

Nesta afirmação podemos perceber um desejo de uma utilização reflexiva das técnicas e procedimentos, atentando-se às diferenças sócio-históricas entre os Estados Unidos e o Brasil.

6 O SEGUNDO CURRÍCULO MÍNIMO: ANOS 80

Nesse momento a transformação da visão da área como uma ciência, ocasionada principalmente pela criação dos cursos de pós-graduação¹, fez afluir novas perspectivas e discussões no campo. Dessa forma, as propostas curriculares elaboradas por diversos professores, resultaram, em 1982, na aprovação de um novo currículo multidisciplinar, publicado pelo Conselho Federal de Educação, na resolução nº 08/82 que “Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Biblioteconomia”.

Essa resolução modificou, em 1984 – ano de efetiva implantação, a duração do curso para quatro anos e trouxe também alterações na própria estrutura curricular encaminhada pela ABEED ao CEF. As matérias aprovadas pelo decreto foram divididas ainda em três linhas, a saber:

a) Matérias de Fundamentação Geral

1. Comunicação;
2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo;
3. História da Cultura.

¹ O primeiro curso de mestrado iniciou-se em 1970, no antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, que a partir de 1976, passou a ser chamado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICIT. A partir de então a Biblioteconomia passa a estreitar seus laços com a recente Ciência da Informação. Percebe-se, então, que tanto os cursos de graduação em Biblioteconomia quanto os PPGCI atuantes têm sua maioria na região Sudeste com 16 (dezesesseis) cursos de Biblioteconomia, seguido do Nordeste com 8 (oito), o Sul com 6 (seis), Centro-Oeste com 4 (quatro), e somente 2 (dois) no Norte. Os PPGCI também estão, em maioria, na região Sudeste com 5 (cinco): USP, UNESP, IBICT/UFRJ, UFF, UFMG, o Nordeste com 3 (três), UFPB, UFBA, UFPE, o Sul com 2 (dois), na UFSC e na UEL, com mestrado profissional, e o Centro-oeste com 1 (um) na UNB. A região Norte não conta com nenhum PPGCI. Percebe-se que todos os PPGCI estão ligados a centros, escolas ou departamentos que oferecem também graduação em Biblioteconomia com exceção do IBICT/UFRJ que não se não tem vínculos acadêmicos e/ou administrativos com o curso de graduação de Biblioteconomia da UFRJ.

b) Matérias Instrumentais

1. Lógica;
2. Língua portuguesa e literatura da língua portuguesa;
3. Língua estrangeira e moderna;
4. Métodos e técnicas de pesquisa.

c) Matérias de Formação Profissional

1. Informação aplicada à Biblioteconomia;
2. Produção dos registros do conhecimento;
3. Formação e desenvolvimento de coleções;
4. Controle bibliográfico dos registros do conhecimento;
5. Disseminação da informação;
6. Administração de bibliotecas.

A esse currículo as críticas se davam no âmbito da formação do bibliotecário, muitas vezes classificada de generalista, por não possuir focos específicos em determinadas linhas; ou de tecnicista, pela falta de sensibilidade no trato com o usuário, suas necessidades e ambiente social, como lembra Souza (1990).

Ainda na década de 80, também se destaca o aumento de encontros realizados, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD). Sendo que alguns destes encontros passaram a abarcar temas mais especializados, e outros encontros com caráter mais regional ou estadual. Nota-se, então, uma tentativa de convivência entre os profissionais, troca de conhecimentos e de discussões referentes aos temas e dilemas da área.

7 A BIBLIOTECONOMIA NOS ANOS '90

A mudança de paradigma da Biblioteconomia, do objeto "documento", para a "informação", juntamente como advento das novas tecnologias, e por conseguinte, da Internet, acarretaram uma ampliação do campo de atuação do bibliotecário. Nota-se ainda nessa década uma ênfase da presença dos "usuários" que passaram a nortear a finalidade das bibliotecas, em que elas, sobretudo, ao invés da posse deveriam privilegiar o acesso a informações nas suas diferentes manifestações. Acrescenta-se, também, a tentativa de adaptação, não só das escolas de

Biblioteconomia, mas do ensino como um todo, em virtude das modificações advindas pela sociedade da informação.

Diretamente fruto dessa "nova" sociedade, liga-se a incorporação de um discurso acerca do "Moderno profissional da informação" por membros da diretoria da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação - ABEBD, tal conceito ocasiona uma destruição da formação e da identidade do Bibliotecário por um inconsciente "profissional da informação", conforme expõem Souza (2009).

Ainda nesse contexto, finais da década de 90, iniciou um conjunto de discussões visando formular novos conteúdos curriculares. Então, para o ensino superior as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) não mais definiam os conteúdos mínimos, mas sim definiam as diretrizes para os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, os quais formam os "profissionais da informação", tais diretrizes foram incorporadas as escolas no século seguinte.

8 NOVAS ALTERAÇÕES CURRICULARES: ANOS 2000

Em 2001, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais² para os Cursos de Biblioteconomia, que determinam as seguintes competências e habilidades aos graduados:

Competências gerais:

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar

² Tal diretriz aprovada, em 2001, permanece válida até os dias de hoje.

- perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Competências específicas:

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

Os conteúdos curriculares distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.

a) Conteúdos de Formação Geral

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso.

b) Conteúdos de Formação Específica

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou

aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística a formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- a) ministrar matérias comuns;
- b) promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- c) ampliar o núcleo de formação básica;
- d) complementar conhecimentos auferidos em outras área.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Biblioteconomia no Brasil se estabeleceu para resolver problemas de bibliotecas específicas, no caso do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional, e em São Paulo, inicialmente a biblioteca do colégio Mackenzie. Cessado o poder de sedução do modelo francês, para a vigência do modelo norte-americano, se deu a transferência do eixo do Rio de Janeiro para São Paulo e, com isso, vieram, como exposto acima, mudanças no processo de ensino. Diante disso, a Biblioteconomia começaria a se difundir efetivamente em todo o Brasil, tanto em números de novas escolas, como pela difusão das técnicas de organização e tratamento da informação que não mais se restringiam a suprir a necessidade de uma determinada instituição.

No Brasil, desde a criação do primeiro curso em 1911 pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro até 2009, dois anos antes do seu centenário, totaliza-se 36 cursos regulares em funcionamento para seu ensino, muitos destes cursos tiveram sua criação ao longo da história aqui retratada, podendo perceber a criação mais recente somente de um, no estado de São Paulo, o qual remonta ao ano de 2009.

Sigla	Estado	Região	Pós	Instituição	Ano de criação graduação	Duração curso de graduação
UNB	DF	CO	C.I	Universidade de Brasília	1962	4
UFG	GO	CO		Universidade Federal de Goiás	1980	4
UFMT	MT	CO		Universidade Federal de Mato Grosso	2000	4
IESF	MS	CO		Instituto Superior da Funlec	2001	3
UFPA	PA	N		Universidade Federal do Pará	1963	4
UFAM	AM	N		Universidade Federal do Amazonas	1966	4
UESPI	PI	NE		Universidade Estadual do Piauí	*	*
UFBA	BA	NE	C.I	Universidade Federal da Bahia	1942	4
UFPE	PE	NE	CI	Universidade Federal de Pernambuco	1950	4
UFC	CE	NE		Universidade do Ceará	1964	4
UFPB	PB	NE	C.I	Universidade Federal de Paraíba	1969	4
UFMA	MA	NE		Universidade Federal do Maranhão	1969	4
UFRN	RN	NE		Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1996	4
UFAL	AL	NE		Universidade Federal de Alagoas	1998	4
UFRGS	RS	S		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1947	4
PUC- PR	PR	S		Pontifícia Universidade Católica do Paraná	1960	3
UEL	PR	S	CI	Universidade Estadual de Londrina	1972	4
UDESC	SC	S		Universidade do Estado de Santa Catarina	1973	4
UFSC	SC	S	C.I	Universidade Federal de Santa Catarina	1976	4
FURG	RG	S		Fundação Universidade Federal do Rio Grande	1978	4
UFF	RJ	SE	C.I	Universidade Federal Fluminense	*	3,5
UNIFOR-MG	MG	SE		Centro Universitário de Formiga	*	3
UFSCar	SP	SE		Universidade Federal de São Carlos	*	4
UNIRIO	RJ	SE		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**	1911	4
PUC-Camp.	SP	SE		Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1945	4
UFMG	MG	SE	C.I	Universidade Federal de Minas Gerais	1950	4
USU	RJ	SE		Universidade Santa Úrsula	1960	*
FESPSP	SP	SE		Fundação Escola de Sociologia e Política de S.P	1963	4
USP	SP	SE	C.I	Universidade de São Paulo	1967	4
UFES	ES	SE		Universidade Federal do Espírito Santo	1974	4
FATEA	SP	SE		Faculdades Integradas Tereza D' Ávila	1975	4
UNESP	SP	SE	C.I	Universidade Estadual Paulista - Marília	1977	4
FAINC	SP	SE		Faculdades Integradas Coração de Jesus	1979	4
UFRJ	RJ	SE	C.I	Universidade Federal do Rio de Janeiro	2005	4
IMAPES	SP	SE		Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior	2005	4
UNIFAI - SP	SP	SE		Centro Universitário Assunção	2009	3

Quadro 1 - Instituições de ensino de Graduação em Biblioteconomia e PPGCI distribuídos por região

Fonte: Pesquisa empírica 2008/2009.

* Não identificado.

**Corresponde ao primeiro curso Biblioteconomia criado no Brasil, sob o comando da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ademais, percebe-se que a década de 60, seguida da década de 70 apresenta um maior crescimento de escolas, totalizando, assim, 18 cursos. Referente à expansão do ensino Souza (2009) declara três forte motivadores para isso. Primeiro, foi o reconhecimento da profissão pelo Ministério do Trabalho (Portaria nº162, de 07/10/1958). Segundo, a fixação do primeiro currículo mínimo em 1962. E por fim, a sanção da lei nº 4.4084, de 30 de junho de 1962, a qual dispõe sobre a profissão de bibliotecário e que também regulamentava o seu exercício.

Enfim, pode-se perceber que as críticas arrazoadas sobre as influências no ensino de Biblioteconomia ficaram, durante este tempo relatado, de alguma maneira, escondidas. Isto

não significa que nunca houve discussão sobre, mas porque tais discussões não chegaram a uma libertação de espírito que os garantisse de ver livremente quais os problemas destes modelos frente à sua adaptação as necessidades nacionais. Talvez fosse menos problemático discutir um tecnicismo a mais, ou uma falta na condução de determinados conceitos “importados” junto com o modelo, do que observar as influências que existiram, aclarando as exigências de um país que, na época da criação do curso da Biblioteca Nacional, ainda não tivera deixado de ser um país de bases agrícolas, ligado à terra, de uma cultura, que apesar disso, mantinha suas “unhas limpas³”.

³ Termo cunhado por Luiz Costa Lima, em *Lira e antilira*, para se referir a diferença entre característica do país e a cultura produzida por ele, sendo um país que teimava em esconder esta sua realidade.

HISTORICAL TRAJECTORY OF LIBRARY EDUCATION IN BRAZIL

Abstract

This research tried to recover through a literature review of the history of library education in the country. This concern is amplified because of the proximity of the centenary of the creation of the first course, which was created in 1911, headquartered at the National Library in Rio de Janeiro. That way, tried to recover the influences that guided the teaching of librarianship. Passing thus the influence exerted on French National Library, and later, the American influence in the state of Sao Paulo, which caused an increase in quantity of courses in the various states. In addition to this survey, this research also sought to diagnose the amount of courses in regular operation in the country-level degree in librarianship, the year of birth and duration of courses, and determining the amount of post-graduation in Science Information.

Keywords:

Library Science, Education, Brazil

Artigo recebido em 23/09/2009 e aceito para publicação em 10/12/2009

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL, BR. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional:1911, 1913, 1915,1916,1921, 1933.

BRASIL. **Decreto n. 8.835 de 11 de julho de 1911.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 22. 167, de 5 de Dezembro de 1932.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 6.440 de 27 de abril de 1944.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 550 de 1º de fevereiro de 1962.** Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

- BRASIL. Senado Federal. **Lei n. 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1961. 20 p.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais, de 03 de abril de 2001.** Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação, 2001.
- CASTRO, César. **História da Biblioteconomia brasileira.** Brasília: Thesaurus, 2000.
- CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino de Biblioteconomia: um currículo a ser mudado. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 43-59, mar. 1973.
- CUNHA, Lygia Fonseca F. O acervo da Biblioteca Nacional. In: **Brasil 1900-1910.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. p.143-168.
- FIGUEIREDO, Nice. **O Ensino de Biblioteconomia no Brasil:** relatório de equipe de pesquisa sobre o *status quo* das escolas de Biblioteconomia e documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília: CAPES, 1978. 3v.
- FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, n.5, p.95-124, mar. 1957.
- FONSECA, Edson Nery da. **Ramiz Galvão:** bibliotecário e bibliográfico. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963. 48 p.
- LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista Biblioteconomia**, Brasília, n.1, jan./jun.1973.
- LIMA, Luiz Costa. **Lira e antilira:** Mário, Drummond, Cabral. Rio de Janeiro: 1995.
- RUSSO, Laura Garcia Moreno; Instituto Nacional do Livro. **A Biblioteconomia brasileira, 1915-1965.** Rio de Janeiro: INL, 1966.
- SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**, setembro de 1998.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro.** Florianópolis: 1990. 116 p.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro:** século XX. 2ª ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009. 189 p.